

Dossier: O Futuro da Europa

## **Israel e a União Europeia**

Emily Landau

Praticamente reduzida à dimensão económica, a relação entre a União e Israel atravessa uma fase difícil, tanto devido ao impasse no processo de paz no Médio Oriente como ao papel político que a Europa pretende assumir ao desenvolver a política externa de segurança comum (PESC) e de defesa (PESD) que Israel encara com cepticismo e desconfiança. A centralidade da relação estratégica de Israel com os Estados Unidos (mais significativa desde o final dos anos 60) é fulcral central para a sua concepção, e para os seus cálculos, de segurança. A Europa é encarada, desde os finais dos anos 60, com um forte grau de suspeita, pois foi vista como sendo tendencialmente pró-árabe em diversos momentos do conflito do Médio Oriente. Apesar de existirem algumas indicações de que Israel pode reconhecer a importância de prestar mais atenção aos Estados europeus, permanecem as hesitações quando se trata de lidar com a União Europeia em questões políticas e de segurança.

Em termos económicos, a relação com a União tem sido frutuosa, especialmente desde o Acordo de Associação, que entrou em vigor em Junho de 2000, o que levou ao reconhecimento dos benefícios que podem advir das relações com a Europa. A homepage do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Israel ilustra as prioridades do país. Na secção “Europa”, o texto começa por salientar que “sistemas similares de governo e a partilha de valores sociais, bem como a longa, e por vezes trágica, história das comunidades judaicas na Europa, são a base das relações entre Israel e os países europeus. Cada relação bilateral expressa-se numa variedade de actividades económicas, científicas, tecnológicas e políticas”. Seguem-se 3 parágrafos sobre o desenvolvimento das relações económicas entre Israel e a Europa, até ao Acordo de Associação. Finalmente, uma frase sobre o conflito israelo-árabe: “Os países da Europa ocidental apoiam os esforços de resolução do conflito israelo-árabe através do processo de paz em curso”.

Não é necessário ir à história das relações entre Israel e a Europa ao longo dos anos, pois o ponto a realçar é que não têm sido as melhores. Quando o processo de paz de Madrid começou, no início dos anos 90, foi, sem dúvida, um empreendimento americano. Os

Estados Unidos começaram a liderar e não incluíram a União Europeia nos esforços de mediação da via bilateral. Já em termos multilaterais, foi atribuída à União Europeia a liderança do grupo de trabalho da economia, o que foi considerada pelos europeus como um papel muito limitado.

Só com o processo da Barcelona é que a União Europeia sentiu que estava a desempenhar um papel mais significativo no Mediterrâneo. Estas negociações regionais, no entanto, foram ofuscadas pelos problemas da relação israelo-palestina. Em vez de insistir na separação entre a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM) e o processo de paz do Médio Oriente inicialmente acordada, a União Europeia permitiu que a dinâmica do complicado processo de paz prejudicasse as negociações regionais – quando os parceiros árabes, por exemplo, recusaram discutir certas matérias ou participar em reuniões, devido à sua fúria com Israel por causa de algum aspecto do processo de paz. Alguns indícios apontavam para que este pudesse ser um meio de demonstrar aos parceiros árabes do Sul do Mediterrâneo que o seu caso era apoiado por um actor global, tal como Israel tinha o apoio dos Estados Unidos. O problema é que a adopção desta via impediu o avanço das muito necessárias negociações de segurança regional, que estavam na agenda do fórum. Os processos e políticas regionais no Médio Oriente têm uma dinâmica própria, que é necessário abordar com termos próprios, e a União Europeia poderia, na verdade, desempenhar aqui um papel facilitador essencial. Não existe nenhuma razão para que este papel seja desempenhado à custa de qualquer influência que possa ter nas negociações bilaterais. Entretanto, as dinâmicas regionais são continuamente adiadas e negligenciadas.

O contrapeso ou papel de fiel da balança que a União Europeia parece querer assumir em relação aos Estados Unidos no conflito israelo-palestino é um tema que surge cada vez mais nos escritos europeus sobre o Médio Oriente, especialmente desde Camp David. Refere-se que os Estados Unidos demonstraram a sua incapacidade para mediar um acordo entre os dois lados devido ao notado conluio com Israel. No que se refere à PEM, o maior envolvimento da União Europeia é indicado como um desenvolvimento positivo, podendo criar um maior sentido de equilíbrio no conflito e no processo de paz – cada lado teria o apoio de um poder global relevante. Desde Oslo, a União Europeia aumentou consideravelmente a assistência financeira à Autoridade Palestiniana e, nos últimos dois anos, tem estado mais envolvida em tentativas de encontrar solução para a violência – como o demonstra a sua participação no Quarteto.

A União Europeia tem interesses no Médio Oriente que quer preservar e deseja ser vista como uma importante e influente potência na região. Mas a recente impaciência europeia para actuar como contrapeso aos Estados Unidos parece basear-se tanto na natureza das relações UE-EUA como nas suas posições em relação ao conflito e na sua procura de estabilidade para o Médio Oriente. Apesar da nova Agenda Transatlântica, de 1995, a União Europeia tem demonstrado recentemente muita frustração em relação aos Estados Unidos e à política externa seguida pela administração. Esta atitude parece ter origem na sua própria incapacidade para actuar como um todo coeso e influenciar, ou ter uma alternativa efectiva, esta política. A rivalidade entre a União Europeia e os Estados Unidos em termos de influência global afecta as relações israelitas com a Europa. Israel considera ser um duplo perdedor: como a parte do conflito menos apoiada pela União Europeia e como forte aliado dos Estados Unidos – o que complica ainda mais as relações União Europeia-Israel. No que diz respeito à Política de Segurança e Defesa Europeia (PESD), não é um ponto que suscite grandes atenções (se é que suscita algumas) no debate público israelita. Tal pode dever-se, em primeiro lugar, a uma falta de interesse geral sobre a Europa. Mas, de forma mais específica, se olharmos para o relatório do Grupo de Trabalho EuroMeSCo “As opções europeias de segurança e defesa e as percepções do Sul do Mediterrâneo”, de 2001, é referido que “a Política de Segurança e Defesa Europeia é vista pelos países árabes como um factor potencialmente positivo, em termos de uma crescente capacidade europeia para intervir no processo de paz no Médio Oriente, enquanto Israel permanece hostil e céptico”. O relatório prossegue, notando que a difícil situação (ou seja, o processo de paz, ou a sua ausência) poderia ser um teste real para o ainda não testado mecanismo de solução de crises da Europa. O que significa isto, exactamente? De que forma poderia a União Europeia tentar aplicar este mecanismo no Médio Oriente?

Para que Israel tenha uma atitude mais positiva perante esta possibilidade, e diminua o cepticismo, a hostilidade e/ou mesmo o medo, é necessário que tanto as capacidades como as intenções da PESD sejam muito mais claras. Basicamente a questão é: qual a estratégia? Passará a União Europeia de potencial mediador nas negociações israelo-árabes a actor que poderia utilizar a força para impor uma solução no Médio Oriente? O que fará a PESD na presente crise e como coordenará, na prática, as suas acções com a NATO e os Estados Unidos, em tal cenário? Qual será a independência da União

Europeia? Estas são algumas das questões que alimentam o cepticismo israelita em relação à PESD.

Para concluir, uma nota de optimismo, sem bem que moderado. Do lado europeu, um sinal positivo para Israel é a relutância expressa de usar, neste momento, sanções económicas como forma de pressão. Do lado israelita, surgiu um importante artigo de Harry Kney-Tal (que regressou recentemente a Israel, após ter estado na Missão israelita junto da União Europeia) no diário *Ha'aretz*: Kney-Tal refere que Israel não está a servir os seus próprios interesses ao ignorar a Europa, e que deveria envidar todos os esforços para envolver a Europa num verdadeiro diálogo político, de forma a incrementar a compreensão mútua.